

ATA DA 050ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Ciro Roza - Dado Cherem - - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Estou ocupando esse horário para dar sequência a um procedimento que se iniciou no ano passado na secretaria da Educação.

No ano retrasado foi impetrado um mandado de segurança ao ex-secretário Marco Tebaldi devido a uma licitação com relação a uma grade escolar no estado de Santa Catarina. A licitação ocorreu e 15 dias; depois, fizeram a ordem de serviço e, posteriormente, pagaram em mais uma semana. Na época, foi próximo a R\$ 1 milhão, que foi pago a uma empresa de Curitiba. A licitação foi cancelada

judicialmente e aqui a minha conversa direta é com o secretário Eduardo Deschamps, que pelo que sei não é nenhum picareta, eu o tenho como uma figura séria. E ainda este ano estive lá falando que a licitação que estava sendo encaminhada sobre a grade escolar era um processo dirigido que precisava ser revisto. Inclusive o atual secretário da Educação chamou um dos coordenadores e disse que seria revisto o processo novamente.

No entanto, é importante ressaltar ao povo de Santa Catarina que essa empresa que teve o contrato cancelado judicialmente continua prestando trabalho até hoje para a secretaria da Educação de forma "gratuita", entre aspas.

Agora, para nossa surpresa, a secretaria da Educação publica um novo edital de licitação sobre a grade escolar ou *softerware* - e aqui temos que dizer que esses picaretas têm que ser colocados atrás das grades e não apenas numa grade escolar, em que o *softerware* novamente é dirigido para a mesma empresa que estabelece que o valor máximo pago por escola é de R\$ 800,00, e antes ganharam por R\$ 850,00. E ainda diz que começa agora até o final do ano para 1.300 escolas e estabelece fatores limitadores para empresa de Santa Catarina.

A empresa de Alfredo Wagner, a WWK, é a mesma empresa pequena que ganhou uma licitação na prefeitura de São Paulo, ainda no governo Kassab, dessa empresa de Curitiba. O que acho estranho nesse processo licitatório é que estou com a licitação do Acre e o edital de licitação de Santa Catarina. Se compararmos a licitação do Acre, onde essa empresa do Paraná ganhou, há 49 itens que são exatamente os mesmos da licitação de Santa Catarina. Ou seja, o edital de Santa Catarina foi construído e editado pela mesma empresa que continua prestando trabalho gratuito na secretaria da Educação. Lá no Acre, em que o governo é do PT, não houve participação de nenhuma outra empresa. Vou mandar isso também para o governador do Acre, Tião Viana.

Agora, é inconcebível que essa licitação merreca na secretaria da Educação represente R\$

500 mil a mais de gastos neste ano, se ocorrer desse jeito. Quinhentos mil reais dão para arrumar um monte de escola que está com goteiras. Há quadra de esporte que não conseguimos nem entrar.

O que não dá para aceitar é o secretário achar que tenho tempo a perder, porque eu é que marquei audiência. Fomos lá e mostramos a sacanagem que havia no edital anterior e ele persiste na sacanagem, pois não está ouvindo as vozes das ruas.

Então, se ele quer com mandado de segurança, vai ter novamente de parar essa licitação. Não se concebe que a mesma empresa esteja trabalhando gratuitamente, o que não pode, porque, como fui prefeito, sei o que pode e o que não pode. Se formos pegar os itens aqui, estão falando em 1.300 escolas a R\$ 850,00 cada uma, até o final do ano. Nós já passamos o primeiro semestre do ano eleitoral. Isso é para acertar conta; é porque há um conjunto que continua sendo os mesmos que elaboram essas licitaçãoezinhas sem-vergonhas para fazer negócio com dinheiro público.

O povo tem que ir para as ruas mesmo. Mas não vi, em Santa Catarina, nenhum cartaz mostrando isso ao estado.

Então, estou pedindo uma audiência com v.exa., secretário da Educação, para justificar isso, ou seja, que o cidadão que está coordenando essa licitação seja colocado nas grades, antes que isso venha acontecer. Eu o tenho como figura séria.

Muitas vezes quem coordena uma secretaria desse porte não consegue ter controle de tudo, mas agora v.exa. está sendo alertado. V.Exa., inclusive, foi alertado pessoalmente por mim quando fui à secretaria dizer que havia sacanagem nessa licitação. Mas persistiram porque acharam que eu tinha esquecido.

E agora, o que é pior? É que a gente pega dois editais, deputado Reno Caramori, em que um é cópia de outro estado. Em mais de 50 itens há 49 que são cópias de lá. Até a vírgula é a mesma!

No Acre já aconteceu, e ninguém mais participou. Isso significa que essa empresa levou para o Acre a licitação pronta. E em Santa

Catarina estão copiando para justificar seis meses de trabalho ou um ano de "graça", entre aspas, por essa empresa. E os nossos advogados já estão vendo a forma de entrar com um mandado de segurança, porque temos de parar com isso.

Isso não vai continuar porque R\$ 500 mil dão para tapar um monte de goteiras de escolas em que os alunos não podem entrar. Ainda este ano foram mostradas aqui escolas em que o teto caiu. E aí, segundo um *softwarezinho* vagabundo desses para fazer grade escolar dessa empresa, uma empresa de Santa Catarina, que tem capacidade por ser de Alfredo Wagner, vai a São Paulo, a maior cidade do país, e ganha dessa empresa numa licitação. Mas aqui criam um monte de itens que não permitem que os companheiros de Santa Catarina participem.

Então, essa é a indignação!

Em primeiro lugar, quero dizer que nós não estamos aqui para perder tempo. Em segundo lugar, espero que o secretário também não tenha tempo a perder comigo, porque marcamos uma reunião, fomos lá, mostramos as condições da escola, e ele disse que iria corrigir, que seria através de um edital aberto para todas as empresas do Brasil.

A WWK, que é de Alfredo Wagner, não quer nem um direito a mais, apenas o de participar. Eles estão na prefeitura de Recife, que é maior que isso aqui. Então, na cidade de São Paulo, que é três vezes maior a de Santa Catarina, eles continuam achando que vão nos enganar.

Estou fazendo este pronunciamento com indignação, deputado Padre Pedro Baldissera, porque são 49 itens de diferença (e quatro mais nove dá 13, o número do nosso partido que tem sido um partido de lutas, que muitas vezes tem dificuldade de interpretar movimentos sociais, como foi agora no país com conclames diversos da população). Mas não dá para aceitar que numa secretaria dessas, com um *software* desse jeito, tentem nos enrolar desse jeito e tentem enrolar deputados. Aqui tem 40, um mais bobo do que o outro, ou não estaria ninguém aqui.

Portanto, este era o registro que queria fazer, ou seja, estamos pedindo que seja realizada

uma audiência com o secretário da Educação, para esclarecer todo esse processo, e que seja colocado nas grades quem coordena esse processo licitatório.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero, inicialmente, cumprimentar o sr. presidente, os srs. deputados, as sras. deputadas e todos que acompanham esta sessão.

Srs. deputados, no dia de hoje vou falar a respeito das manifestações que estão ocorrendo nas últimas semanas. Primeiramente, quero dizer que há muitas análises já conclusivas de que isso é muito bom ou, por outro lado, que isso é muito ruim, que tudo está errado.

Creio que há necessidade de fazermos uma leitura mais profunda sobre os fundamentos aparentes e os fundamentos silenciosos, ocultos dessas manifestações.

Vejo como uma pauta inicial comum a redução do custo do transporte, os líderes falam em tarifa zero, mas a pauta aos poucos vai sendo ampliada. E há um sentimento forte em defesa nacional da educação, da saúde contra a manipulação de alguns meios de comunicação, um maior controle social e uma política mais decente.

A PEC n. 37, que inicialmente era uma briga de corporações, agora é quase uma unanimidade nacional. Quero, inclusive, resgatar que muito antes desse assunto virar tema neste estado aprovamos no plenário da Assembleia Legislativa uma moção contrária à PEC.

Fico muito feliz como deputada que hoje há muitos deputados favoráveis, porque naquela ocasião, há 90 dias, nós apanhamos muito.

Creio que neste momento de grande mobilização nacional precisamos também garantir que esse momento seja uma grande oportunidade para avançarmos na democracia.

A CNBB e a OAB lançaram o projeto de lei de iniciativa popular intitulado eleições limpas.

Quero, de forma muito modesta, contribuir com este debate nacional, apontando dez compromissos que na minha avaliação são urgentes e necessários para melhorar o nosso país.

Primeiramente, quero apoiar e lutar para aprovar o projeto de lei da presidente Dilma Rousseff que coloca 100% do petróleo na educação. O Brasil é o 15º país que mais investe na educação, com 5,7% do PIB, mas ocupa o 53º em qualidade. Já estamos na frente do Reino Unido, dos Estados Unidos, da Suíça, do Canadá, da Alemanha, da Espanha, da Itália, entre outros nos investimentos em educação, mas estamos atrás de todos na qualidade. E não podemos nos esquecer do fator histórico.

O Brasil terá que investir mais que o Canadá ou a Alemanha por muitas décadas para poder alcançar seus patamares de qualidade. Dessa forma, observamos que o crescimento econômico aliado a fortes investimentos sociais, seus frutos em uma sociedade como a brasileira somente serão sentidos a médio e em longo prazo. Muitos filhos de famílias trabalhadoras, caros deputados e deputadas, agora que estão sendo os primeiros das suas famílias a entrar na faculdade. Lembrando que passamos, em dez anos, de 17 a 24 anos de idade do percentual de 25% de jovens com acesso ao ensino superior para 51%. De jovens negros, a taxa subiu de dez para 27.

Dentre os dez compromissos para melhorar o nosso país, cito os seguintes:

(Passa a ler.)

"2 - Fortalecer as instituições: Ministério Público autônomo, forte, com liberdade para atuar e prerrogativas constitucionais. Justiça mais transparente, juízes não podem ter relações políticas estreitas, faz mal à democracia, torna os poderes permissivos. Juízes também devem ser indiciados politicamente. A Justiça tem que ser mais transparente.

Quero, como parlamentar e como cidadão, ver mais ricos na cadeia. Hoje, a maioria é pobre e

usuária de drogas. Algo está errado. Tribunais de Contas mais fiscalizadores e atuantes que se preocupam com os desvios de dinheiro público e menos com questões meramente técnicas.

3 - Fim do financiamento privado de campanha. Quem financia um político cobra a conta. Quem paga essa conta é o povo.

Fim da reeleição. Limites para candidaturas ao parlamento. Declaração de bens dos políticos tem que passar pela malha fina. Fim da coligação para eleição proporcional. Acabar com os partidos de aluguel. Votar em partidos e numa lista. Menos em pessoas e marcas. Mais em ideias e propostas. Listas com paridade de gênero.

4 - Penalizar com maior rigor os gestores que não aplicam a lei de acesso à informação.

5 - Apoiar a criação de cursos de medicina, pois é uma necessidade de todos e um direito da população. A vinda de médicos é bem vinda, como todos os países assim o fazem.

6 - Lutar contra toda a forma de preconceito. Todos nascem para ser livres e respeitados em suas opções. O preconceito é inimigo da paz e da democracia. Preconceito contra a religião, partidos políticos, opção sexual ou raça e a negação da vida, do direito de existir, de ser diferente.

7 - Romper com os entraves burocráticos que impedem a reforma agrária. É muito estranho que hoje no Brasil a terra possa estar nas mãos de estrangeiros, mas é proibido ficar nas mãos dos sem-terra. Isso é um absurdo!

8 - Regulamentar o imposto sobre as grandes fortunas e diminuir os impostos dos trabalhadores e de quem produz. Quem especula e ganha dinheiro fácil tem que pagar mais.

9 - Os governos precisam criar mecanismos mais democráticos de comunicação popular. Criar em cada cidade, em cada estado comitês populares que de forma organizada e pacífica construam reflexões e lutas que devam ser consideradas como conselhos da população ao governo.

Uma grande mudança cultural pode ser construída. Nosso papel de representante político

precisa da força, da representação popular. Os políticos sozinhos não representam a população. A democracia representativa precisa conviver com a democracia participativa.

10 - Nossas reivindicações não podem se restringir apenas ao cunho material. Lutamos apenas para pagar menos e ter mais? Ou queremos participação, democracia, solidariedade, fim do preconceito, do diálogo? Ou seja, precisamos também de uma pauta cultural."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, temos acompanhado a movimentação das ruas nas últimas duas semanas.

Esse movimento está chacoalhando as estruturas dos governos municipal, estadual e federal. Chacoalhou tanto que levou a presidente Dilma a pelo menos duas vezes fazer uma comunicação em rede nacional e ontem fez à frente de prefeitos, de governadores e de toda a sociedade brasileira quando apresentou um pacto em cinco áreas importantes.

O primeiro foi na questão fiscal, com o compromisso da manutenção do combate à inflação. O segundo foi com relação à questão da reforma política. Acho que houve algum exagero até por achar que não é simplesmente com uma reforma política que vamos resolver as questões, as demandas sociais que temos hoje, mas é importante o encaminhamento de um conjunto de projetos que já estão tramitando no Congresso que precisam ser votados. E se houver vontade dos partidos aliados, que dão sustentação ao governo, seguramente esses projetos serão votados, até porque os partidos de Oposição querem muito fazer esse conjunto de reforma.

O terceiro ponto que a presidente elencou foi o pacto pela saúde. Depois vou voltar a esse ponto. O quarto ponto foi com relação ao transporte coletivo, com a intenção de exonerar alguns tributos que significam na passagem de R\$ 0,10 a R\$ 0,20. Não sei o quanto isso vai ajudar, mas se houver outras ações paralelas poderá melhorar a mobilidade urbana. A quinta questão foi sobre a educação, que também seguramente será abordada aqui por outros pares.

Neste momento, quero me ater à questão da saúde. E uma das sugestões da presidente foi trocar a dívida dos hospitais filantrópicos e hospitais particulares por atendimento.

Sr. deputado Silvio Dreveck, os nossos hospitais têm inúmeras dificuldades financeiras e sequer conseguem manter a folha de pagamento dos seus funcionários. Então, como é que ainda lhes é proposto trocar a dívida que existe por atendimento, já que a esse hospital vai gerar, sem dúvida, um grande custo? Para alguns pode ser gratuito, mas para quem vai prestar o atendimento vai gerar um custo, no caso ao hospital.

Diante dessas colocações, como contratar novos médicos do exterior, melhorar a rede física, melhorar as vagas de universidades, que foram propostas pela presidente, que vejo que são salutares, quero apresentar aqui uma indicação a ser encaminhada à Presidência da República e ao ministro da Saúde. Não basta, repito, encaminhar apenas para o ministro, porque se não houver vontade da Presidência, seguramente a saúde vai continuar do jeito que está.

Eu já disse aqui que se o SUS fosse um carro, somente um grande mecânico conseguiria dirigi-lo. O SUS, na prática, não tem resultados, é uma estrutura bonita que não apresenta resultados ou os resultados são insatisfatórios. Ou nós colocamos as pessoas que precisam de procedimentos mais complexos numa fila... E se botássemos todos os catarinenses que aguardam pelo atendimento dariam 200 mil pessoas. Isso equivale a 200 km de gente! Este é o tamanho da fila: 200 km de gente

na fila do SUS esperando pelo atendimento! E por que não acontece?

Seguramente, o governador de Santa Catarina quer resolver isso - e vejo um empenho muito grande -, assim como o secretário da Saúde, é evidente, por determinação do governador. E o povo está aí nas ruas manifestando o seu descontentamento com várias coisas, inclusive com a saúde.

Então, eu, como deputado do PSDB, quero também contribuir e apresentei uma indicação a ser enviada à Presidência da República e ao ministro com cinco considerações importantes.

A primeira seria a gestão plena que existe hoje em 25 municípios regionais do estado de Santa Catarina, que no Brasil significa 650 cidades também regionais. São estruturas paralelas, independentes, concorrentes com as secretarias estaduais da Saúde, sendo que a secretaria estadual da Saúde e os governadores dos estados, como o nosso aqui, não têm interferência alguma sobre essas 25 gestões plenas. E apenas mandar dinheiro não significa solução.

A segunda seria que os critérios para credenciamento de média e alta complexidade vêm sendo utilizados - e aqui vale como uma denúncia - pela estrutura do SUS para pagar valores menores pelos procedimentos.

Hoje o valor médio de uma AIH é de R\$ 600,00, para quem tem a média complexidade. Para quem tem a alta complexidade o mesmo procedimento passaria a R\$ 1.200,00. Então, não conceder o credenciamento a um hospital de São Bento do Sul, Rio do Sul, Brusque, Curitibanos, Concórdia, São Miguel d'Oeste, Criciúma e Tubarão é uma maneira de pagar menos e pagar a metade daquilo que poderia pagar se houvesse o credenciamento pela alta complexidade.

A terceira seria o pagamento dos atos médicos e correlatos aos profissionais autônomos e está sendo repassado às instituições. No entanto, essas instituições, pela deficiência financeira, estabelecem critérios de preferência de pagamento,

deixando esses profissionais por último, quando não ficam sem pagamento.

Posso citar aqui que mais de 50 hospitais estão há mais de nove meses sem pagar o corpo clínico porque não há dinheiro e não porque não querem.

A quarta seriam os valores repassados às instituições que pelos procedimentos realizados correspondem a menos de 30% do custo real e que por essa razão há necessidade emergencial de atualizar esses valores pagos.

A quinta seriam as instituições filantrópicas e particulares que atendem pacientes de todas as classes sociais que não têm acesso pelo SUS, que estão obrigadas a recolher todos os tributos a nível estadual e federal, encarecendo, ainda mais, o custo dos procedimentos, que é naturalmente repassado a quem é atendido lá.

Ninguém quer pagar dinheiro para os hospitais e para os doutores, eles querem ser atendidos! Mas quando não são atendidos pelo SUS vão ao particular.

Então, o paciente que vai ao particular, além de pagar a sua conta, tem que pagar o correspondente aos tributos. Como acontece agora quando a pessoa vai comprar os remédios, além do remédio que tem que comprar, tem que pagar ainda uma porção de imposto que vai encarecer naturalmente o remédio.

O remédio que no Brasil custa R\$ 60,00, em Portugal custa R\$ 15,00. Qual é a diferença? Por que essa diferença se o laboratório é mundial, que produz esse ou aquele remédio ou um remédio específico como o cloridrato de fexofenadina, que dá uma diferença tão grande? E onde está essa diferença? Na tributação.

Então, sr. presidente, esse pleito para encaminhar essas sugestões à Presidência da República se reveste da maior relevância social, pois visa ampliar o atendimento pelo SUS e facilitar o atendimento pela rede privada e filantrópica. E seguramente o corpo médico existente no país terá plena capacidade para atender toda a demanda.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros colegas deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, creio que é preciso que aprofundemos o debate de análise sobre as mobilizações populares das últimas semanas. Como é sabido, essa onda de mobilizações começou com a luta contra o aumento das passagens de ônibus em algumas das mais importantes cidades do Brasil como São Paulo, Porto Alegre e Goiânia.

Há mobilizações no Rio de Janeiro também protestando contra as desocupações de moradores das comunidades pobres da cidade, para garantir a construção da infraestrutura necessária à Copa do Mundo ou talvez até para esconder dos olhos do mundo a existência de comunidades pobres muito próximas ao centro ou do centro urbano daquela cidade.

Então, havia esse movimento, mas é claro que não é somente isso que ocorria com a sociedade brasileira naquele período em que começaram essas mobilizações, ou seja, cerca de três semanas atrás.

É preciso analisar que a sociedade brasileira vive há algum tempo, há mais de duas décadas, num silêncio compulsivo que esconde uma série de insatisfações que se vão acumulando ao longo do tempo.

Nós podíamos dizer que existem desilusões, indignações, sentimento de revolta no interior da sociedade brasileira e que no geral não se conseguia notar.

O povo brasileiro, na verdade, ficou frustrado na Campanha das Diretas porque as diretas não foram aprovadas e sim as indiretas para eleger o presidente da República, em 1985, apesar de todas as mobilizações do ano anterior, de 1984.

Quando o povo pode votar para presidente, pela primeira vez, desde a década de 60, elegeu Fernando Collor de Mello, que seria o salvador da Pátria. Dá-lhe desilusão! Dá-lhe frustração!

Depois, elegeu duas vezes Fernando Henrique Cardoso, o príncipe da sociologia que iria resolver de forma racional os problemas da sociedade brasileira, modernizando o Brasil, tornando-o alguma coisa mais parecida com a França. Esse, pelo menos, era o afã daqueles setores da elite intelectual de direita, mais próxima dele.

O povo, evidentemente, percebeu que a situação piorou e houve um empobrecimento daqueles setores médios urbanos em torno do arrocho salarial. O Brasil caiu da 8ª para a 15ª posição na economia mundial. Entregaram a maior parte do patrimônio nacional para empresas multinacionais, especialmente de outras partes do mundo. Monopólios privados de controle de capital estrangeiro.

Não vendo outra saída, em 2002 o povo resolveu votar em Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, porque apesar da mídia ter dito, durante 20 anos, que era radical, que iria botar o Brasil abaixo, o povo tomou coragem e disse: nós vamos dar um jeito de mudar, vamos fazer. E fez, votou no Lula. Não podemos negar que ocorreram mudanças superficiais na distribuição de renda no Brasil, nos últimos dez anos, mas é preciso registrar que essa distribuição de renda não se deu pela mudança estrutural da base econômica da sociedade brasileira. Pelo contrário, tirou-se dos setores médios para se distribuir um pouquinho mais, ou uma quantia um pouco menos tacanha, aos muitos pobres.

É claro que isso propiciou certo aquecimento do mercado interno e também ajudou no crescimento econômico que houve em alguns desses, em dez anos.

Nas medidas de fundo, entretanto, é preciso analisar e perceber que não houve mudanças substanciais, pelo contrário, na macropolítica econômica os dois governos de Lula e agora o governo da Dilma mantêm a estrutura anterior.

Quem continua determinando os rumos da política econômica-social brasileira são os monopólios, a maioria de capital internacionalizado. São latifúndios agora com uma nova face, moderna, somando ao fenômeno chamado de imperialismo mais conhecido no campo como agronegócio.

As empreiteiras deitam e rolam, pois nunca ganharam tanto, e os bancos, então, estão felizes da vida. Até porque, quando dá problema, tiram bilhões e, se for necessário, trilhões dos cofres públicos para salvar os bancos, e isso aconteceu inclusive no Brasil, no final de 2008.

Ao invés de em 2002 o Lula chamar a sociedade brasileira, os trabalhadores, as bases da sociedade para ajudar a governar, para definir ou redefinir os rumos da economia nacional, houve um pacto de governabilidade com os setores mais atrasados da política nacional, e isso perdura até hoje.

Alguém avalia que a Dilma poderia ter falado mais nos seus pronunciamentos dos últimos dias, ter chamado o povo a governar com ela. Talvez o Lula pudesse ter feito isso em 2002 para 2003. A Dilma não pode porque ela já fez o pacto. Não tem como fazer o pacto com o diabo sem sair cheirando a enxofre. E aí está, sim, comendo na mão de um Congresso Nacional que também é dominado pelos interesses dos monopólios e engessado para possibilidades de mudanças mais profundas.

É justo o sentimento de indignação da imensa maioria das pessoas que está indo às ruas, inclusive aqueles setores de classe média, para falar da PEC 37, que precisa ser sepultada, derrotada. Mas os problemas nacionais são mais profundos. O problema do Brasil não é somente a corrupção, embora ela seja um dos problemas do Brasil.

É preciso que ocorra um processo de mudanças estruturais profundas. Nós, oriundos das forças populares, com um posicionamento e um programa de esquerda, e os partidos desse lado sendo execrados inclusive na rua. A direita está indo para as ruas, escondendo a cara, eis que também há

partidos para combater a bandeira dos partidos de esquerda. Essa postura tem um aspecto inclusive de fascismo. É evidente que os sentimentos da maioria das pessoas de não legitimidade dos partidos atuais é justa. A falência dos partidos, como já falava aqui na semana passada.

Então, esse sentimento generalizado é justo, mas quem está indo para as ruas, alguns ou uma pequena parcela do que estão indo para as ruas, insuflar esse sentimento são setores partidários que querem voltar a governar o Brasil pela eleição do ano que vem. Não me admiraria se não tentassem ou que não tentem, até pelo golpe, porque não é estranho que um fuzileiro naval tenha ajudado a depredar o Palácio do Itamarati em Brasília.

Eu não quero dizer que o movimento é golpista, pelo contrário, há alguns golpistas, nazi-fascistas no meio. A maioria que está indo para as ruas tem que estar atenta para ser usada por essas manobras. O movimento é legítimo e necessário, a imensa maioria quer mudanças que são efetivamente necessárias, mas é evidente que todos aqueles que podem nos ouvir têm que estar atento para não serem usados justamente pela perspectiva da negação da política, porque negar a política também é política. E talvez seja a política do obscurantismo. É preciso que a população esteja atenta também para isso.

Muito obrigado!

(Sem REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado padre Pedro Baldissera) - Fim do horário das Breves Comunicações.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados, quero continuar aprofundando a reflexão que fazia anteriormente no sentido de que a sociedade brasileira deve estar atenta e os meios de comunicação que querem se

dizer democráticos precisam difundir esses fatos. Construir a violência para depois dizer que tem que mudar algumas coisas para que não haja mais violência não é uma saída inteligente para a maioria da população nacional, porque episódios de violência estão sendo patrocinados por setores conservadores muito bem posicionados nas estruturas partidárias atuais dos partidos que prefiro continuar chamando de direita, inclusive em cargos comissionados em algumas estruturas.

Repito que é estranho, e está-se investigando isso, a presença de um fuzileiro naval no episódio de depredação, da tentativa de incêndio do Itamaraty, que trata das relações internacionais da nação brasileira. Ao mesmo tempo não se pode dizer que tudo é a mesma coisa. Pelo contrário, a maioria da população tem um sentimento legítimo que precisa ser ouvido de que mudanças precisam ser feitas. É preciso ter cuidado para que não seja adotada a postura de que alguma coisa tem que mudar ou tudo tem que mudar para que as coisas continuem como estão.

O problema central no Brasil é o predomínio, a dominação das forças do grande capital monopolizado, inclusive a questão do transporte coletivo.

Acompanhava ontem num diário gratuito um valor para que em Florianópolis o transporte pudesse ser gratuito, mas já se fala que não há condições para tal. Evidentemente que se espera que a nação brasileira e o governo federal não tenham apenas um plano de mobilidade urbana, tenham a intenção também de parar de incentivar, do ponto de vista econômico, com isenções e mais isenções, a indústria automobilística e destinar esses recursos para o transporte coletivo.

Mas não é apenas o governo federal. Foi aprovado na Assembleia que tudo o que a BMW precisar para se instalar em Santa Catarina vai buscar no BNDES. Ela pega o dinheiro, sendo que a sociedade catarinense vai pagar através dos impostos a instalação da BMW neste estado. Eu não tenho os números, mas não tenho dúvida de que as isenções fiscais para o setor automobilístico e

outros benefícios que os governos estaduais, inclusive municipais, têm dado à indústria automobilística seriam suficientes para produzir e construir um sistema de transporte coletivo gratuito com empresas públicas de transporte para que efetivamente a massa do povo brasileiro, os trabalhadores, os estudantes possam viver num país sem catracas. Precisa-se entender o transporte coletivo, assim como se entende a educação. É um direito de usufruir da cidade. Não é absurda essa tese.

Não concordamos também com o discurso e é preciso que se registre: "Vamos lá, a Dilma neste momento vai dar um pouco mais de recurso e aí vamos subsidiar as empresas de transporte." É evidente que as empresas são cartéis instalados aqui e em todas as partes do Brasil há décadas em relações muito claras, para não dizer promíscuas, com os administradores públicos, neste caso os municipais.

É necessário dizer que essas bandeiras precisam ser colocadas à frente, que é ilegítimo e antidemocrático dizer que qualquer pessoa que vá para o movimento não possa levantar a sua bandeira de reivindicação ou mesmo do seu partido. Mas não acho que isso seja fundamental. Precisamos debater com esse conjunto da sociedade que está nas ruas as políticas que efetivamente possam mudar a realidade brasileira e não ser mais o mesmo ou o reforço do mesmo que domina o Brasil há tantas décadas, há tantos séculos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL, gostaria que assistissem esse vídeo que foi apresentado pela TV Globo, no *Esporte*

Espetacular, no domingo, dia 16 de junho, porque é importante para todos nós, brasileiros.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Realmente, srs. deputados, não há necessidade de tecer qualquer comentário. Este é o Brasil que nós queremos?

Com toda a área que eles têm, onde está a assistência, a saúde, a menor condição de vida para essa gente? Quantos mil hectares, quantos campos de futebol vocês viram lá?

O governo deu a área e jogou que nem se joga os bichos no campo. E essas pobres criaturas humanas não conhecem nem o Pelé e nem sabem o que é futebol. Os coitadinhos jogam bola no meio da capoeira. Ganharam uma bola e não sabiam nem que o campo tem que ser gramado.

Então, este é o Brasil que nós queremos?

Mas voltarei a esta tribuna para comentarmos essa vergonha brasileira que estamos assistindo em Goiás.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até doze minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, sr. presidente.

Dando segmento à esteira dos debates levantada pelo deputado Sargento Amauri Soares, de fato entendo que as manifestações que ocorrem por todo o país extrapolam as questões partidárias, mas não extrapolam, necessariamente, as questões ideológicas.

Subtraindo os isolados atos de vandalismo, entendemos que a classe política precisa se adequar às novas exigências sociais. Com tantas demandas, torna-se ainda maior e mais urgente a necessidade de estarmos sintonizados com o pulsar das ruas. Eu diria que, para concluir esse prelúdio, quem não ouvir as vozes das ruas certamente não irá sobreviver.

Sr. presidente e srs. deputados, celebramos esta semana, em todo o país, a Semana Nacional Antidrogas. A pedido do governo do estado, deputado Kennedy Nunes, v.exa. que é jornalista e entende de *marketing*, estamos trabalhando no projeto Reviver. Na logomarca, o verde começa escuro e termina de forma mais clara, mais transparente, falando da esperança que renasce.

(Procede-se à exibição de *slide*.)

Estamos dando um nome fantasia ao projeto - Rede Estadual de Atenção a Dependentes Químicos, ainda sujeito a alterações -, mas esse é um protótipo de uma proposta que estamos trabalhando de forma intersetorial com as secretarias da Saúde, da Educação, da Assistência Social, da Cidadania e da Segurança Pública, juntamente com a comissão permanente desta Casa de Combate e Prevenção às Drogas.

De fato, esta semana chama todos nós, brasileiros, para a reflexão dessa problemática do uso de substâncias psicoativas que estão presentes em 99% dos municípios de Santa Catarina. Talvez ainda não tenha chegado, deputado Reno Caramori, no Vão das Almas, mas é provável que a bebida alcoólica já esteja presente por lá também, e isso atinge todas as camadas sociais.

Portanto, o desafio da dependência química constitui o que vem sendo um problema de ordem social, mais do que isso, um problema de saúde pública. A questão das drogas gera impacto em todas as áreas, quer na área política, da saúde e da segurança.

Nós buscamos com esse projeto Reviver um diálogo intersetorial porque entendemos que é preciso, é necessário criar uma rede de suporte social na atenção ao dependente químico.

A proposta que estamos elaborando e que deveremos apresentar como documento final ao governo do estado busca um novo desenho de cooperação entre políticas públicas e o terceiro setor, entidades organizadas da sociedade civil, arquitetando, como disse, uma agenda intersetorial com controle social e partilha de responsabilidades e articulando com as redes

intersectoriais a temática das políticas públicas, motivando o desenvolvimento de metas na construção também de educadores, elaborando uma metodologia de acompanhamento que ainda não temos no estado catarinense de monitoramento e avaliação de possíveis parcerias, ampliando a oferta de serviços ao cidadão, dependentes químicos, seja na rede pública através do Caps, dos gabinetes de ruas, que faz parte do *Crack é Possível Vencer*, do governo federal, que está chegando aí e está sendo aportado em Santa Catarina R\$ 15 milhões para investimento nessa área, ou seja, na parceria com o terceiro setor, em especial com as comunidades terapêuticas.

Entendemos, sr. presidente e srs. deputados, que o Projeto Reviver, como disse ainda um prelúdio, um protótipo daquilo que estamos desenhando, vai servir como um marco histórico nessa arquitetura de uma linha mestra para ações que sintetizem os caminhos para uma ação coordenada, uma ação racional no combate e prevenção às drogas, sob a ótica da responsabilidade compartilhada entre o governo e a sociedade civil.

Cedo meus últimos minutos ao deputado Maurício Eskudlark.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pelo tempo restante do PSD, o sr. deputado Maurício Wskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, estivemos em Balneário Camboriú participando de um debate na Udesc, Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina, com os alunos, com a direção e com a nossa reitora, onde há o único curso em nível de Santa Catarina de Engenharia do Petróleo. Agora, a Udesc busca o seu próprio campus numa área definida cedida em parte pela administração municipal, área essa adquirida pela própria Udesc, dentro das verbas para a educação do Pacto por Santa Catarina, para iniciar a construção do campus.

Srs. deputados, quero registrar que hoje haverá, na comissão de Educação desta Casa, uma audiência com a Udesc para tratar essa questão do campus. Há também a questão do campus de Balneário Camboriú, tão importante para a nossa região.

Com relação à questão do município de Palmitos, houve uma desaceleração nos investimentos à Udesc, sendo necessário fortalecer a instituição e os cursos. Atualmente, o prefeito daquele município, Norberto Gonzatti, o vereador Volmar Gandolfi, que é presidente da Câmara de Vereadores, a vereadora Márcia Hirsch e o vereador Moacir Delazere estão todos empenhados em solucionar a questão da Udesc.

Então, são grandes os compromissos da Udesc.

Quero também registrar, com satisfação, a visita da prefeita Ana Paula da Silva, conhecida como Paulinha, e do seu vice-prefeito Paulo Henrique Müller, conhecido como Paulinho, do município de Bombinhas, acompanhados do secretário de Planejamento e ex-prefeito de Balneário Camboriú, uma das maiores cidades de Santa Catarina. Eles estão trabalhando muito para o desenvolvimento daquele município.

Sabemos da questão do acesso único a Porto Belo e a Bombinhas, mas o governo do estado está se empenhando muito para construir o segundo acesso. Infelizmente, há muitas dificuldades, principalmente ambientais, para dotar o município de Bombinhas de um segundo acesso.

Quero também registrar a representação da capela de Santo Antônio de Campinas, em São José, do nosso padre Hélio da Cunha, que foi agraciado pela Assembleia Legislativa com a comenda do mérito legislativo, assim como o Djalma e o Sidney que são os diáconos, junto com a d. Juventina, minha mãe, que trabalha com tanto afinco e com tanta dedicação pela nossa igreja Santo Antônio.

Por último, quero registrar a presença dos alunos da Escola de Ensino Fundamental Padre Reinaldo Stein, do município de Anchieta, que vieram para receber o prêmio da Olimpíada Brasileira de Matemática, uma matéria que poucos gostam. É muito importante ver alunos catarinenses

sendo premiados representando o nosso estado. Os alunos são os seguintes: Jaqueline Vidoletti, Aline Cristina Biondo, Alan de Rossi e Fabrício Fontaniva, acompanhados da diretora Juliana Paludo Christoff e da professora Elizandra Lucas dos Anjos.

Parabéns ao município e à Escola de Ensino Fundamental Padre Reinaldo Stein pela conquista desse prêmio tão importante, pelo esforço na educação, pois temos visto um clamor de toda a população brasileira, principalmente neste momento em que o povo acordou e está dizendo aos governantes e à classe política que quer mudanças, principalmente na saúde e na educação.

Vemos essa necessidade fundamental, gostamos do esporte, mas não queremos ter os maiores estádios do mundo, queremos, sim, ter uma população com melhor qualidade de vida, com melhor educação, com melhor saúde, enfim, com tudo que é necessário para que possamos viver mais e mais felizes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero registrar a nossa homenagem às mulheres da Polícia Militar de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"Nesta tarde, acontece a solenidade comemorativa no Teatro Pedro Ivo, na sede do Centro Administrativo do governo, marcando as três décadas da presença das mulheres na Polícia Militar.

Meus parabéns a todas que dignificam a profissão, muitas vezes conciliando o difícil trabalho na segurança pública com o papel de mães, de donas-de-casa, acumulando duplas ou triplas jornadas, como muitas outras profissionais.

Sr. presidente e srs. deputados, os protestos de rua que agitam o país começam a produzir efeitos que desagradam alguns setores que tentaram pegar carona nas mobilizações e apostaram no caos.

A grande mídia, srs. parlamentares e sra. deputada, tentou instrumentalizar as manifestações das ruas, agindo, em alguns casos, como um partido político. E agora, juntamente com seus representantes partidários, mostram a sua verdadeira face: são contra a participação direta do povo nas decisões da nossa nação. Não querem o povo decidindo os rumos da nação". E nós, do Partido dos Trabalhadores, defendemos isto: as manifestações populares. As ruas precisam ser ouvidas!

(Continua lendo.)

"Vivemos, ontem, um dia histórico. Diante dos governadores de 27 estados e dos prefeitos de 26 capitais, a nossa presidenta Dilma Rousseff apresentou uma proposta de 'cinco pactos em favor do Brasil'.

Ressalto aqui a presença de todos os governadores do nosso país e de todos os prefeitos das capitais. E tudo o que foi anunciado ontem pela nossa presidenta Dilma Rousseff foi pactuado entre todos. Com esta atitude, srs. parlamentares e sra. deputada, que dialoga com as insatisfações da sociedade e com os movimentos sociais, o governo federal retoma a iniciativa política.

As reações iradas ao pacto dos líderes do PSDB, DEM e PPS e dos colunistas da grande mídia indicam que a Oposição sentiu o golpe.

A presidenta Dilma Rousseff, srs. deputados e sra. deputada, reafirmou o seu compromisso com a democracia e mostrou-se sensível às pressões das ruas". Por isso que já nesta segunda-feira chamou os nossos governadores e prefeitos das capitais e também as lideranças do movimento social.

"Dilma Rousseff não seguiu o caminho autoritário das elites e da sua mídia, que tratam as lutas sociais como 'caso de polícia'. A presidenta se reuniu pela manhã com jovens integrantes do Movimento Passe Livre (MPL), que lideraram os protestos pela redução das passagens

dos transportes. Na sequência, ela apresentou suas propostas aos governadores, prefeitos e lideranças políticas. 'O povo está agora nas ruas dizendo que as mudanças continuem - e isso é muito salutar - e que elas se ampliem, que elas ocorram ainda mais rápido. Ele está-nos dizendo que quer mais cidadania', disse a presidenta.

Os principais pontos do pacto proposto pela presidenta são:

Primeiro, pacto pela responsabilidade fiscal: medidas para garantir a estabilidade da economia e o controle da inflação.

Segundo, pacto pela saúde: agilização dos investimentos já contratados em hospitais; a ampliação da adesão dos hospitais filantrópicos ao programa que troca dívidas por atendimentos; incentivo à ida de médicos para regiões afastadas dos grandes centros - incluindo a contratação de profissionais estrangeiros".

Isso porque há uma falta de profissionais médicos, principalmente para atuar no interior do nosso país. Essa é uma medida emergencial e não permanente, sossegando, aquietando os profissionais da área médica que têm medo desse mercado que vai ser invadido pelos profissionais estrangeiros. É uma medida não permanente, emergencial, e quem tem que ser atendida é a nossa população, que não tem atendimento médico.

"Terceiro, pacto por um salto de qualidade no transporte público das grandes cidades: a presidenta propõe mudar a matriz de transporte, com a ampliação do número de metrôs e corredores de ônibus. O governo vai destinar R\$ 50 bilhões em novos investimentos em obras de mobilidade urbana e anunciou a criação do Conselho Nacional de Transporte Público, com a participação da sociedade civil". E são muito interessantes, inclusive, esses movimentos que foram às ruas para a diminuição da tarifa do transporte coletivo. E se o governo federal isentou o PIS e o Cofins do transporte coletivo, isso, sim, tem que ser em benefício da nossa população, diminuindo inclusive o preço da passagem de ônibus e de metrôs. "Ela

também sugeriu a criação de conselhos semelhantes nas cidades.

Quarto, pacto pela educação pública, escola em tempo integral, ensino profissionalizante, ensino superior de qualidade, pesquisa, bom salário para professores e defesa dos 100% dos *royalties* do Pré-Sal para a educação". É isso também que defendemos. Aí, sim, faremos uma mudança significativa em nosso país através da educação.

Quinto, a proposta que gerou a reação mais dura e imediata da Oposição de direita foi a convocação, por meio de plebiscito, de Assembleia Constituinte exclusiva para fazer uma 'ampla e profunda reforma política que amplie a participação popular e os horizontes da cidadania', como enfatizou a presidenta." Por que não consultar o povo brasileiro se há interesse ou não em fazer reforma política? Inclusive neste momento alguns meios de comunicação já anunciavam que a presidenta tinha revisto esse posicionamento.

Srs. parlamentares, tenho aqui a nota à imprensa feita pela secretaria de Comunicação Social da presidenta da República em relação às declarações de hoje do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho.

(Passa a ler.)

"1. A presidenta Dilma Rousseff recebeu hoje o presidente da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, e o diretor do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, Márlon Reis, que lhe apresentaram uma proposta de reforma política baseada em projeto de lei de iniciativa popular.

2. A presidenta da República reiterou a relevância de uma ampla consulta popular por meio de um plebiscito.

3. A presidenta ouviu a proposta da OAB, considerou-a uma importante contribuição, mas não houve qualquer decisão. O governo continuará ouvindo outras propostas de reforma política que lhe forem apresentadas."

Em nenhum momento, ela voltou atrás do que tinha declarado ontem sobre as propostas que fez com governadores e prefeitos.

O PSDB, o DEM e o PPS são contra as mudanças no sistema político eleitoral como financiamento privado da campanha, como também a doação de mecanismos de maior transparência e a participação da nossa sociedade.

Em nota oficial, os três partidos da direita criticaram a realização do plebiscito para consultar a população sobre a realização de uma constituinte exclusiva acerca da reforma política.

Eu acho que o Brasil tem que se posicionar sobre essa questão. Por isso que é importante esse plebiscito. A população vai dizer se temos ou não que fazer essa Assembleia Constituinte.

O principal pacto é em torno da construção de uma ampla e profunda reforma política que amplie a participação popular e amplie os horizontes da cidadania.

Sr. presidente, tenho certeza de que ouvindo as vozes da rua teremos que fazer esse mecanismo que é a essência da democracia. Repito, a decisão de uma Constituinte popular para a reforma política é essencial para mudarmos o sistema político partidário brasileiro. Por isso que nós, sra. deputada, srs. deputados, lideranças e partidos, temos a obrigação de enfrentarmos esse debate com a nossa sociedade.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Os próximos minutos são reservados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Agradeço ao nosso líder, deputado Dóia Guglielmi, que me destacou para fazer um pronunciamento hoje exatamente para tratar dos 25 anos de instituição do PSDB no Brasil.

Foi no dia 25 de junho de 1988, em 2013. Então, na mesma data, completamos 25 anos. Já no ano seguinte, ou seja, em 1989, Mário Covas foi candidato a presidente pelo PSDB.

Naquele ano, equivocadamente, Franco Montoro, Ulisses Guimarães, Leonel Brizola, Mário Covas, Jarbas Vasconcelos, Lula foram trocados pelo aventureiro Collor, como todos vocês sabem dessa história.

Nossa gente voltou às ruas de cara pintada, com as cores brasileiras, e culminou com o *impeachment*. Felizmente, Itamar Franco estabeleceu com decência. Não acobertou ladrões, garantiu a criação de uma nova moeda respeitável, deu uma lição de cidadania.

Dia 28 de julho de 1989, sr. presidente, quando Mário Covas era senador, fez um pronunciamento. E quero, para homenageá-lo, tanto a ele quanto a inúmeros brasileiros que iniciaram com ele esse novo partido, o PSDB, dar destaque a alguns pontos do seu discurso que foi feito exatamente 24 anos atrás, em 1989.

Mário Covas, que é o primaz do PSDB, fez o seguinte pronunciamento no dia 28 de julho:

(Passa a ler.)

"O PSDB tem um programa consistente, factível para o Brasil, um programa fundamentado nas ideias básicas da mais vitoriosa experiência política, a social-democracia. Este programa reflete as aspirações mais profundas do povo brasileiro.

Compreendo a função política na democracia como um instrumento mais eficaz para a transformação e o aperfeiçoamento das estruturas sociais.

O país ainda está embriagado por uma cultura inflacionária, muitos sequer a combatem porque dela se beneficiam. É por isso que a inflação persiste ameaçando devorar o nosso presente de democracia e o nosso futuro de desenvolvimento.

Combatê-la sem trégua é condição para reorganizar as finanças internas e estruturar a nossa articulação com o mundo. No mundo contemporâneo, que avança por grandes saltos tecnológicos e organizacionais, cada década representa um século a ser ganho ou a ser perdido. Está em nossas mãos e está nas mãos dessa geração, para promover esse salto.

O país precisa e está ansioso para ter governo que exerça autoridade sem autoritarismo, com base na legitimidade conferida pelo voto popular, com a credibilidade dos que conhecem o valor da palavra pública e o sagrado compromisso que nela envolve.

Precisamos situar-nos diante das opções que se abrem para o Brasil, para enfrentar as transformações que ocorrem no mundo, entre nós. O Brasil não pode permanecer cego e insensível às mudanças que ocorrem. Em face dessas transformações, o Brasil tem propostas para formular e deve participar com a força das negociações.

O estadista tem o dever de conhecer a direção para a qual a sociedade deseja caminhar. Ser nacionalista, hoje, é defender uma política nacional de desenvolvimento. Não é hora de se querer, simplesmente, reformar o passado nem de se transformar o presente. É hora de atualizar os objetivos.

Basta de tanto subsídio, de tantos incentivos, de tantos privilégios sem justificações ou utilidade comprovada.

Basta de empreguismo, basta de cartório, temos que inverter essa situação, não podemos permitir que o futuro seja a grande vítima deste presente. A expansão econômica é sustentada e requer tecnologia e recursos qualificados. Esta será a nossa maior prioridade. Vamos mobilizar o estado para uma revolução educacional que o Brasil precisa. A defesa intransigente da ecologia é a mesma coisa que a defesa soberana da preservação do Brasil, como uma comunidade de pessoas capazes de conviver harmonicamente entre si e com o meio circulante.

A desigualdade não se corrige com a estagnação, corrige-se redistribuindo a renda e crescendo ao mesmo tempo. Eis um caminho árduo, difícil num país que infelizmente ainda não está suficientemente politizado para poder distinguir a conduta ética da conduta dos aproveitadores."

Assim, sr. presidente, com a frese: Longe das benesses do poder, próximo do pulsar das ruas, nasceu, há 25 anos, um novo partido, o PSDB. Tenho

certeza de que esse discurso de Mário Covas, de 24 anos atrás, seguramente parece que foi feito no dia de ontem.

Parabéns, nossas homenagens ao eminente primás Mário Covas. Em nome dele cumprimentamos todos os psdebistas nacionais, especialmente o nosso PSDB de Santa Catarina. Agora, no dia 14 de julho, está remarcada a nossa convenção, onde temos Paulo Bauer como candidato a presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, é uma satisfação voltarmos a esta tribuna, neste momento, para discorreremos sobre alguns assuntos inerentes ao nosso Brasil, ao nosso estado e à nossa região.

Quero fazer um registro sobre o trabalho incansável da Rede Feminina de Combate ao Câncer instalado em todos os municípios catarinenses e no Brasil, até porque esse trabalho é exercido de uma forma extremamente voluntária por senhoras que deixam muitas vezes as suas atividades para se dedicar à causa dos outros, ou seja, à prevenção do combate ao câncer. Então, na condição de deputado, quero render homenagens a todas essas abnegadas senhoras que fazem esse trabalho indispensável à saúde pública brasileira e catarinense.

Então, o meu pronunciamento nesta tarde versa sobre o trabalho especificamente da Rede Feminina de Combate ao Câncer em nível de Brasil, em nível de estado e em nível de Timbó.

Então, hoje a Rede Feminina de Combate ao câncer tem como finalidade a divulgação do câncer, desenvolvendo campanhas de prevenção e promovendo palestras com especialistas em várias áreas.

O objetivo específico da Rede Feminina de Combate ao Câncer é salvar vidas através da prevenção. Muitas pessoas, às vezes, pelo fato de não saberem como fazer o exame do toque, o autoexame, são surpreendidas com o diagnóstico. E se a doença pudesse ser descoberta a tempo, haveria praticamente 100% de chance de cura.

Hoje, o que falta para a sociedade é exatamente o hábito de fazer esses exames, para que possa se proteger. Mas a Rede Feminina de Combate ao Câncer faz um trabalho extraordinário neste sentido. Suas atividades são: palestras, apoio aos pacientes nos hospitais, apoio psicológico, auxílio na obtenção de medicamentos não encontrados na rede pública, campanhas de prevenção e diagnóstico precoce do câncer, feiras e bazar para arrecadar fundos para manter a instituição. São conhecidas como anjos cor de rosa.

Então, gostaria aqui de parabenizar todas essas abnegadas catarinenses e brasileiras que fazem desse trabalho voluntário um grande trabalho de salvamento e salvação.

Nós, na condição de deputado estadual, estivemos, juntamente com o governador, no município de Timbó, por volta de 60 dias atrás, atendendo a um pedido da Rede de Feminina de Combate ao Câncer daquela cidade, presidida pela sra. Marli e por toda a sua diretoria.

A Câmara de Cereadores, através do vereador Davi Bussarelo, e a gestão da rede liderada pela Marli pleiteavam junto ao governo a cedência de uma área situada no centro da cidade de Timbó para que essa associação voluntária que está fazendo um trabalho de salvação das pessoas pudesse pensar em construir a sua sede própria.

Então, o governador, na sua estada em Timbó, atendendo a um pedido dessas senhoras que hoje estão sob a liderança da sra. Elenita, está fazendo um trabalho importante no que tange à aprovação do Projeto de Lei n. 0138/2013, que dentro de alguns minutos será colocado à apreciação dos parlamentares.

Esse projeto de lei de origem governamental, relatado por este deputado nas três comissões, que teve uma tramitação em tempo recorde, prevê a cessão de um terreno com 1.000m² no bairro Quintino, com prazo de uso de 20 anos, para lá ser construída a sede da Rede Feminina de Combate ao Câncer.

Gostaria, de uma forma humilde, pedir aos parlamentares desta Casa para que dêem o seu voto a favor, a fim de que esses anjos cor de rosa de Timbó possam continuar fazendo sua boa ação no trabalho de prevenção ao câncer.

Em nome do governador e do vice-governador, quero agradecer o empenho, a sensibilidade do pedido e dizer à liderança de Timbó que hoje estamos concretizando uma grande ação em favor da Rede Feminina de Combate ao Câncer.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado, quero reforçar o seu pedido e dizer da importância desse projeto para a comunidade de Timbó. Tive a oportunidade de estar presente com v.exa. quando o governador Raimundo Colombo assumiu o compromisso com a Rede Feminina de Combate ao Câncer.

Lembro-me que fez a sua palestra explicando as obras do PAC naquela região, a sua forma de gestão do governo como um todo, e naquele momento, por um pedido das voluntárias, assumiu o compromisso de encaminhar esse projeto a esta Casa.

Quero agradecer ao governador por ter cumprido a sua palavra e a v.exa. por ter feito o relato do projeto nas comissões desta Casa.

Quem ganha com isso é a sociedade, porque quando valorizamos o trabalho da Rede Feminina de Combate ao Câncer mostramos que vale a pena, sim, o trabalho voluntário, que vale a pena fazer o bem e que vale a pena ajudar o próximo.

Por isso conte com o meu voto, com o nosso compromisso, porque nós dois firmamos um compromisso naquele dia com a Rede Feminina de Combate ao Câncer.

É uma alegria poder ver que ainda existe trabalho voluntário, que vale a pena ser ajudado, porque com certeza a sociedade merece e precisa ser ajudada.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Deputado, incorporo a sua manifestação ao meu discurso.

Eu também quero fazer o registro de que naquele momento, conforme relatou o deputado Jean Kuhlmann, eu e ele acompanhávamos o governador por um roteiro naquela região, onde ele realmente assumiu, perante a Rede Feminina de Combate ao Câncer daquela cidade, esse compromisso de encaminhar a esta Casa Legislativa o projeto de lei que autoriza a cessão do terreno para a entidade.

Então, a partir daquele momento nós cobramos muito da Casa Civil, do governo do estado para que isso se concretizasse, e chegando à Assembleia fizemos todo o encaminhamento e o acompanhamento da tramitação, desde a leitura do plenário até as três comissões já citadas.

Foi, realmente, um trabalho muito amplo deste Parlamento, porque é um Parlamento que autoriza o governador a ceder ou não qualquer imóvel no estado. Mas temos que fazer a nossa parte no que tange à celeridade na análise e na aprovação dos projetos.

Então, quero aqui também inserir o pronunciamento do eminente deputado Jean Kuhlmann ao nosso pronunciamento, até por estar, naquele momento, com este deputado e com o sr. governador.

Para concluir, srs. deputados, gostaria, em nome da Marli, em nome da Elenita, desejar a todas sucesso absoluto.

Tenho certeza de que vocês estão perseguindo há muito tempo a doação desse imóvel, e a mesma garra que tiveram no sentido de buscar esse imóvel para a Rede Feminina de Combate ao Câncer também terão para iniciar a construção dessa unidade que terá um ambiente digno, decente para atender todas as mulheres do município de Timbó e região. São 45 componentes da Rede Feminina de Combate ao Câncer.

Parabéns a vocês pelo trabalho incansável de todas!

Nós, do Parlamento, não estamos fazendo nada mais do que a nossa obrigação.

Quando a sociedade civil se organiza para atender à comunidade num serviço que deveria ser do estado e está sendo, de uma forma voluntária, ajudada por uma série de catarinenses, cabe a nós fazermos a nossa parte, que é dar celeridade ao pedido da comunidade catarinense.

Antes de concluir o meu pronunciamento, sr. presidente e srs. deputados, quero fazer o registro da presença de um companheiro da nossa região, deputado Rogério Peninha Mendonça, que por três legislaturas teve a oportunidade de me anteceder nesta Casa, deixando marcas fortes na região na condição de deputado estadual. Hoje, na condição de deputado federal, ele está fazendo uma visita a este Parlamento combinando uma agenda de trabalho, a partir de amanhã, em favor da região, tanto no âmbito das ações do governo de Santa Catarina quanto no âmbito do governo federal.

Quero saudá-lo, desejar boa estada em nosso meio e dizer, publicamente, através da TVAL, que é muito bom trabalhar com um parceiro da sua magnitude, até porque fizemos um trabalho conjunto em todo o roteiro daqueles 40 municípios.

Desejo a v.exa. sucesso em Brasília como nós, aqui que estamos representando dignamente o seu mandato.

No mais, quero agradecer ao presidente e aos demais deputados pelo espaço e dar parabéns à Marli, à Elenita e ao David pela conquista!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Esta Presidência registra, com muita alegria, a presença do grande deputado Rogério Peninha Mendonça, que encontrou um representante à altura.

O deputado Aldo Schneider tem sido o seu ajudante de ordens das missões que v.exa. deixou, que não conseguiu vencer no seu tempo. É um grande parceiro, deputado.

E v.exa., na Câmara dos Deputados, tem feito um trabalho que orgulha não apenas o povo do alto e do grande vale do Itajaí como também os catarinenses.

Parabéns, deputado. V.Exa. deixou muitos amigos aqui e será sempre muito bem-vindo a esta Casa.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer pelo arquivamento da seguinte matéria:

Proposta de Sustação de Ato n. 0001/2013, de autoria da bancada do PT, que requer a sustação dos efeitos do Decreto n. 1.357, de 28 de janeiro de 2013, que introduz modificações no RICMS/SC - 01.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0138/2013, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Timbó para a construção da sede da Rede Feminina de Combate ao Câncer.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0012/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso das expressões: Se for dirigir, não beba; Se beber não dirija, em todos os cardápios e propagandas de bares, restaurantes, boates e similares no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O próximo projeto, o Projeto de Lei n. 00258/2013, é de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, mas como se encontra em uma audiência pública, ela pede que ele seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje para a inclusão na pauta da Ordem do Dia de amanhã.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0067/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que institui a Semana Catarinense do Esporte Educativo no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0375/2013, 0376/2013 e 0377/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0378/2013 e 0379/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0380/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0381/2013, de autoria do deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, apresentei hoje nesta Casa um pedido para ser encaminhado à Presidência da República e

ao ministro da Saúde, pedindo sugestões para o Pacto da Saúde, pois já existe um interesse da presidente Dilma Rousseff de modificar para melhor, naturalmente, a questão da saúde.

Foram as seguintes cinco sugestões:

1ª - A gestão plena que existe em 25 municípios catarinenses, que no Brasil 650 são paralelas e independentes da gestão estadual, em que os municípios concorrem com o estado. Há várias limitações, dentre elas o teto financeiro, que impede qualquer interferência do estado.

2ª - Os critérios para credenciamento de média e alta complexidade são utilizados pela estrutura do SUS como forma de efetuar pagamentos de valores menores pelos procedimentos utilizados.

3ª - O pagamento dos atos médicos que em vez de serem feitos diretamente aos médicos está sendo feito para as instituições e essas priorizam outras necessidades que muitas vezes o médico fica fora. Há mais de 50 hospitais que estão há oito, nove meses sem pagar o corpo clínico.

4ª - Os valores repassados são menos de 30% do custo real; por isso há necessidade de uma revisão dos seus valores.

Essas são algumas sugestões encaminhadas à Presidência da República para alterar para melhor a estrutura do SUS, rever a questão fiscal que tributa remédios, hospitais e clínicas.

Peço aos srs. deputados a benevolência de aprovar esta indicação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)- Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos ns.: 0675/2013, 0676/2013 e 0677/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0678/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0679/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0680/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0681/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0682/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0683/2013, 0684/2013, 0685/2013, 0686/2013, 0687/2013, 0688/2013, 0689/2013 e 0690/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

A Presidência defere de plano.

Pedido de Informação n. 0060/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário de estado da Administração, solicitando informações sobre o transporte coletivo entre os municípios de Araranguá e Arroio do Silva.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0061/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário de estado da Administração, solicitando informações sobre a desafetação e alienação de uma área de terra situada em Tijuquinhas, Biguaçu.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n.0062/2013, de autoria do deputado Dado Cherem, a ser enviado à secretaria de estado da SDR de Itajaí, solicitando informações sobre possível convênio entre o governo do estado e a prefeitura municipal de Balneário Camboriú, referente ao Centro de Eventos do referido município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n.0063/2013, de autoria do deputado Dado Cherem, a ser enviado à

secretaria de estado do Turismo, Cultura e Esporte, solicitando informações sobre eventual convênio celebrado entre a prefeitura municipal de Balneário Camboriú e o estado referente ao Centro de Eventos de Balneário Camboriú.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, por uma questão de justiça, quero agradecer ao secretário César Grubba e dizer que o município de Blumenau vai receber uma renovação e algumas ações novas no sentido de atender a população de Blumenau e região. Essas informações se encontram no *site* do sistema da Polícia Civil de nosso estado,

Graças à inauguração do novo prédio da Polícia Civil de Blumenau, da nova delegacia regional, uma delegacia ampla, moderna, que acontecerá, provavelmente, no final de julho e começo de agosto, uma reformulação no atendimento da Polícia Civil naquele município. Com isso, conversando com o secretário César Grubba, com o delegado-geral da Polícia Civil do estado, foi aprovada uma sugestão que partiu de várias entidades de Blumenau com relação às reivindicações antigas da nossa sociedade.

Recebemos o apoio do secretário César Grubba e ele anunciou que é possível, sim, fazer a implantação até o final do ano de novos serviços para a população de Blumenau.

Então, gostaria de anunciar e agradecer ao secretário César Grubba, ao delegado Aldo por tudo isso, porque Blumenau, com a implantação da nova delegacia regional de Polícia, poderá receber, em

primeiro lugar, uma nova central de Boletim de Ocorrências. Onde hoje fica a Delegacia Regional de Blumenau, poderá haver um atendimento especializado, um atendimento 24 horas de mais qualidade a toda a população, para que ela tenha qualidade, seja respeitada e bem recebida na hora em que precisar fazer um Boletim de Ocorrência.

A Polícia Civil de Blumenau poderá, até o final do ano, implantar um atendimento especializado para o turista.

Além da Central de Boletim de Ocorrências, haverá o atendimento especializado ao turista.

Há mais uma novidade: uma delegacia especializada em trânsito. São três ações que podem ser feitas agora graças ao aumento de efetivo programado para a região e à inauguração da nova delegacia. Com isso haverá uma reestruturação do atendimento como, por exemplo, levar para o sul da cidade o atendimento da 1ª DP, dando mais comodidade à população.

Mas as grandes novidades são, sem dúvida alguma, a possibilidade de haver uma central de Boletim de Ocorrências para atender com qualidade o cidadão que mais precisa num momento de angústia, específico para que o turista possa ser bem atendido, possa ser recebido também no município de Blumenau. Além disso, permite que haja um local especializado para atender o turista.

A Polícia Civil de Blumenau poderá, até final do ano, implantar um atendimento especializado para o turista.

Há mais uma novidade, que é uma delegacia especializada em trânsito.

Então, são três ações que podem ser feitas agora graças ao aumento de efetivo programado para a região e graças à inauguração da nova delegacia. Com isso haverá uma reestruturação no atendimento, como por exemplo, levar para o sul da cidade o atendimento da primeira delegacia de polícia, dando mais comunidade à população.

Mas as grandes novidades são, sem dúvida alguma, a possibilidade de haver uma central de Boletim de Ocorrência para atender com qualidade o

cidadão que mais precisa num momento de angústia, um local específico para que o turista possa ser bem atendido em Blumenau e uma delegacia de trânsito para atender bem todos os casos de ocorrência. São três ações pontuais que com certeza melhorarão muito a qualidade no atendimento da Polícia Civil na cidade de Blumenau e região.

Por isso quero agradecer novamente o secretário César Grubba, o delegado-geral da Polícia Civil e também o delegado Rodrigo Marchetti, que faz um grande trabalho, dando exemplo e orgulho para a sua categoria.

Parabéns, Blumenau! Parabéns à Polícia Civil, a todas que lutaram por essas questões e que juntos conquistaram uma melhor qualidade de atendimento da Polícia Civil em nossa região.

Para finalizar, sr. presidente, quero parabenizar a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Timbó, que faz um trabalho exemplar e que hoje ganha um local para a construção da sua sede e dizer a todos os deputados que nos acompanham que o governo do estado fez a doação do terreno e agora, nós, deputados também temos que ajudar a construir a nova sede porque, com certeza, elas merecem!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)

- Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a sessão.